

**Políticas sociais de atendimento à infância: discussões sobre um projeto social**

*Políticas sociales para el cuidado infantil: discusiones de un proyecto social*

Gabrielle Coelho dos Santos  
Ana Cristina da Silva Rodrigues  
**Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA**  
Jaguarão - RS - Brasil

**Resumo**

Esta escrita é um recorte de um projeto de intervenção realizado em um programa de mestrado profissional no Rio Grande do Sul. Esta pesquisa tem como foco os estudos sobre as políticas sociais de atendimento à infância que se configuram em um projeto de apoio sócioeducativo da cidade de Jaguarão/RS. Apresenta como objetivo geral compreender e analisar as influências das políticas sociais de atendimento à infância no projeto. Metodologicamente se caracteriza como uma pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994) do tipo intervenção pedagógica (DAMIANI, 2012) e utilizou as entrevistas semiestruturadas para obtenção dos dados. São apresentadas a seguir algumas reflexões e análises feitas pelos sujeitos da pesquisa sobre as ações e as demandas do projeto. Entendeu-se a urgência de se pensar em novos caminhos possíveis para o futuro do projeto e dos alunos que ali se encontram.

**Palavras-chave:** Infância; Políticas Públicas e Sociais; Projeto Social.

**Resumen**

Este escrito es un extracto de un proyecto de intervención realizado en Máster Profesional en Educación. Esta investigación se centra en estudios sobre las políticas sociales de cuidado infantil que se configuran en un proyecto de apoyo socioeducativo en la ciudad de Jaguarão/RS. Su objetivo general es comprender y analizar las influencias de las políticas sociales de atención a la infancia en el proyecto. Metodológicamente se caracteriza por ser una investigación cualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994) del tipo intervención pedagógica (DAMIANI, 2012) y utilizó entrevistas semiestruturadas para obtener los datos. A continuación se presentan algunas de las reflexiones y análisis realizados por los sujetos de investigación sobre las acciones y demandas del proyecto. Entendemos la urgencia de pensar en nuevos caminos posibles para el futuro del proyecto y de los estudiantes que allí se encuentran.

**Palabras clave:** Infancia; Políticas Públicas y Sociales; Proyecto social.

### **Introdução**

Este artigo é um recorte do projeto de intervenção realizado em um programa de metrado profissional no estado do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa tem como foco os estudos sobre as políticas sociais de atendimento à infância que se configuram em um projeto de apoio sócioeducativo da cidade de Jaguarão/RS. Tendo como objetivo geral compreender e analisar as influências das políticas sociais de atendimento à infância no projeto, e, apresenta como objetivos específicos: a) reconhecer e analisar a visão de agentes da gestão e de profissionais que atuam no projeto sobre sua estrutura e o ensino realizado; b) discutir os conceitos de políticas públicas e políticas sociais de atendimento à infância.

Esta pesquisa justifica-se pela importância de problematizar as políticas sociais de atendimento à infância e, também, pela emergência de se pensar nas novas gerações com esperança de que possam modificar suas realidades

A esperança só o é como o possível, o que pode ser, o que ainda não é mas está anunciado nas próprias condições sociais que os seres humanos foram capazes de construir até aqui, no esforço de todos e não só de alguns. Esse possível só o é, por sua vez, se mediado pela consciência crítica que revê continuamente certezas e verdades, suas condições, suas limitações, seus bloqueios sobretudo os bloqueios dos que se crêem isentos de limites de compreensão (MARTINS, 2002, p. 12)

Metodologicamente, este estudo tem caráter qualitativo (BOGDAN E BIKLEN, 1994) utilizando como método a pesquisa do tipo intervenção pedagógica (DAMIANI, 2012). O instrumento de coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas e para a análise dos dados obtidos ao longo do estudo foi utilizada a análise textual discursiva (MORAES, 2003).

A seguir são apresentadas algumas discussões sobre as políticas sociais de atendimento à infância, o contexto no qual o projeto está inserido e a análise das entrevistas realizadas com alguns dos membros do projeto.

### **Discussões sobre políticas sociais de atendimento à infância**

As políticas públicas partem do entendimento de que as ações e decisões devem estar em um sistema de colaboração e não serem estabelecidas verticalmente pelo Estado ou outras entidades. Sendo entendidas como aquelas em que ocorrem participações de todas as instâncias da sociedade e as decisões são tomadas em conjunto, dando voz aos indivíduos, pois:

A política não é inerente à natureza dos homens, mas resulta do imperativo de convivência entre eles, que não apenas são diferentes do ponto de vista da idade, do sexo, da cor, da etnia, mas possuem valores, crenças, opiniões e ideologias distintas e estão desigualmente situados na estrutura social (PEREIRA, 2009, p. 89).

As políticas públicas não devem considerar apenas as características biológicas dos sujeitos, mas compreendê-los em sua totalidade, ou seja, “o ser humano, seja ele quem for, é um ser social e, como tal, é dotado de dimensões emocionais, cognitivas e de capacidade de aprendizagem e desenvolvimento, que devem ser consideradas pelas políticas públicas” (PEREIRA, 2009, p. 102).

Nesse contexto, surgem as políticas sociais como um gênero das políticas públicas em função de que estas têm como principal enfoque o suprimento das necessidades sociais que contemplam a todos os indivíduos que fazem parte da sociedade. Estas políticas têm a missão de promover mudanças necessárias para o desenvolvimento de todos que estão inseridos na sociedade e fazer com que estes tenham seus direitos assegurados e cumpridos. Como ressalta Pereira, a política social “não apenas se dispõe a conhecer e explicar o mundo real, mas também a agir neste mundo, visando mudanças” (2011, p. 166).

As políticas sociais têm como principal diferencial de outros gêneros das políticas pelo seu caráter de interferência no contexto do mundo real, indo além da mera aplicação de determinações do Estado. Entende-se que uma política social “só terá sentido se quem a utilizar acreditar que deve influir numa realidade concreta, que precisa ser mudada” (PEREIRA, 2009, p. 96), pois, ao contrário, seriam apenas repetidas as mesmas ações que historicamente privilegiam determinados grupos sociais em detrimento de outros.

No caso das políticas sociais é necessário o entendimento de que os direitos sociais não se limitam a fatores econômicos ou a mera distribuição de renda para os menos favorecidos, mas “trata-se da distribuição equitativa dos benefícios sociais, culturais e políticos que a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir” (MARTINS, 2002, p. 10). Dessa forma, deveriam ter como finalidade proporcionar que todos os membros da sociedade tivessem acesso aos diferentes campos de atuação, sem a distinção que é imposta pela mesma.

Quando as políticas sociais se atentam apenas para fatores econômicos sem a preocupação com os demais direitos necessários a toda a população e, principalmente, aos menos favorecidos reafirmam o seu caráter compensatório, preocupado apenas em

remediar a situação vivida pelos menos favorecidos, reafirmando a exclusão. Ou seja, “elas apenas confirmam e legitimam a exclusão por meio de benefícios que não constituem legítima apropriação social dos resultados da economia” (MARTINS, 2002, p. 14).

Outro fator que limita as ações e a manutenção das políticas e, principalmente, das políticas sociais é a falta de compreensão da maioria das pessoas acerca do que se propõe nas diretrizes e nas justificativas propostas, pois grande parte da população não dispõe dos mecanismos de leitura e de escrita necessários para tal entendimento. Segundo Serra

As justificativas e as diretrizes dessas políticas não estão claras para a maioria da população que não consegue ler nas entrelinhas, por ter sido educada para aprender a ler somente em textos áridos, sem sentido, [...], e por não poder continuar exercendo o direito de ler. (2004, p. 66).

Para que efetivamente todos participassem da elaboração e execução das políticas públicas torna-se necessário que estas políticas e as ações governamentais se alinhassem com a intenção explícita de alfabetizar e letrar a população desde os mais jovens até os mais velhos, e que proporcionassem as condições adequadas para a manutenção da alfabetização e do letramento ao longo dos anos de escolaridade dos brasileiros, processo que deve ter início na infância e mantido ao longo de todos os anos de escolarização. Sendo assim, é importante destacar que “qualquer país que coloque a criança no centro de todas as suas políticas certamente estará trabalhando no rumo de uma nova sociedade.” (SERRA, 2004, p. 74).

Os direitos sociais estabelecidos pelas políticas sociais no âmbito da sociedade ainda legitimam as diferenças e as desigualdades sociais existentes na sociedade em função de que aqueles que efetivamente se beneficiam de tais políticas são considerados como inferiores através das hierarquias sociais “que criam a figura do inferior que tem o dever de obediência, que merece o favor e a proteção, mas jamais os direitos.” (TELLES, 1999, p. 88).

A sociedade cria maneiras de integrar todos os seus membros, porém tais ações nem sempre levam em consideração os direitos, mas sim os privilégios de determinados grupos sociais, pois “a sociedade que exclui é a mesma que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos.” (MARTINS, 2002, p. 12). Muitas vezes, os direitos que deveriam ser assegurados através das políticas públicas, são tratados como privilégios, o que ocasiona na exclusão de muitos membros da sociedade que não possuem as mesmas condições econômicas, sociais

ou culturais.

As políticas direcionadas às crianças e aos adolescentes, muitas vezes, se caracterizam pelo seu caráter compensatório à medida que se preocupam em suprir as necessidades e as lacunas imediatas que se apresentam. No entanto, é necessário que essas políticas se atentem às causas da exclusão que é vivenciada por muitas crianças e jovens brasileiros. De acordo com Serra (2004, p. 74):

Inúmeras políticas educacionais compensatórias e de efeitos imediatos têm sido criadas para tentar suprir a exclusão desses jovens. Porém, elas nunca tocam nas feridas causadas pela exclusão cultural a que eles estão submetidos, o que passa, principalmente, pela ausência do convívio com o texto escrito e com a comunidade do escrito.

A autora salienta a importância de se pensar sobre as formas de exclusão que são submetidas às infâncias, sendo pertinente a reflexão sobre as políticas educacionais que permitam a todos a imersão na cultura do escrito como forma de transformação e reflexão sobre a realidade que, por inúmeras vezes, reafirma os processos de exclusão na sociedade.

Os processos educativos e, principalmente, aqueles que envolvem as habilidades de leitura e de escrita, ao privilegiarem determinadas práticas em detrimento de outras acabam por reafirmar o processo de exclusão de outros conhecimentos. Ao excluir conhecimentos considerados não escolares, também está excluindo os detentores de tais conhecimentos e, assim, inicia-se o processo de exclusão social que:

os põe diante de um conjunto grande de incertezas em relação à sociedade contemporânea e à nossa capacidade de sair do abismo que elas representam. Independente das definições vagas da problemática social que esse tema suscita, seu uso representa ao mesmo tempo um clamor de consciência e uma visão pessimista e sem saída da realidade social de nossos dias.” (MARTINS, 2002, p. 12)

Não é possível separar o fazer pedagógico, que compreende as diferentes realidades e assegura que a mudança seja possível na sociedade atual, de um fazer político que através de uma democracia apenas formal reafirma o discurso de que todos são iguais perante a lei, porém não efetiva que os direitos dos menos favorecidos sejam tratados como direitos e não como favores que os poderosos prestam a sociedade (FREIRE, 2000).

O papel do educador que acredita na possibilidade de uma sociedade justa deve perpassar pela ideia de que a escola não é apenas um lugar em que conteúdos são ensinados sistematicamente aos alunos para que possam avançar de um ano para o outro.

Mas, um lugar que possibilite o começo da mudança para todos que ali se encontram, com o cuidado necessário para não promover o “discurso que diz da impossibilidade de mudar o mundo porque a realidade é assim mesmo.” (FREIRE, 2000, p. 22).

Ainda de acordo com Freire (2000) os homens e as mulheres ao realizarem a sua leitura crítica do mundo têm a capacidade de compreender e intervir na sociedade com o desejo da busca pela mudança, mesmo que essa seja lenta, gradual e ultrapasse gerações. Além disso, sinaliza a importância de não conformar-se com os discursos que se contentam com o que está posto por ser dessa forma e não ser possível de ser mudado ou transformado. Sendo assim, “o discurso da impossibilidade de mudar o mundo é o discurso de quem, por diferentes razões, aceitou a acomodação, inclusive por lucrar com ela. A acomodação é a expressão da desistência da luta pela mudança.” (FREIRE, 2000, p. 20).

Por fim, cabe ressaltar que a efetivação das políticas de atendimento à infância depende de intervenções que proporcionem a todos as mesmas condições para que possam ser parte da sociedade através da execução de seus direitos sociais e, entre eles, destaca-se o direito à educação. Por isso, “para alcançar a justiça social, todos devem desfrutar das mesmas condições, não só materiais, mas também imateriais, como é o caso da leitura, para desenvolver habilidades e capacidades intelectuais e afetivas que possibilitem uma vida digna e feliz.” (SERRA, 2004, p. 84).

### **Referencial teórico-metodológico**

Os métodos científicos que visam compreender o ser humano, suas ações e os mais diversos contextos em que estão inseridos, não podem partir de dados quantificáveis, pois

A ciência social será sempre uma ciência subjectiva e não objectiva como as ciências naturais; tem de compreender os fenómenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas acções, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais, métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista a obtenção de um conhecimento intersubjectivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objectivo, explicativo e nomotético. (SANTOS, 2018, p. 7)

Neste estudo, optou-se pela utilização da metodologia qualitativa para a realização da coleta e análise de dados e para a apresentação dos resultados. A pesquisa qualitativa é entendida como aquela em que se utiliza de diferentes ferramentas não quantificáveis para a compreensão dos sujeitos e do contexto em que estão inseridos. De acordo com Bogdan e

Biklen:

A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo. (1994, p. 49)

O papel do pesquisador na pesquisa qualitativa justifica-se pela investigação minuciosa de todos os aspectos que são partilhados no meio de sua pesquisa. Nada pode ser considerado “normal” ou óbvio, em função de que todas as ações acontecem por um motivo e esse motivo deve ser sempre questionado e tido como objeto de investigação no decorrer de uma pesquisa qualitativa. Todas as particularidades e detalhes devem ser considerados relevantes de questionamento e reflexão.

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa educacional, pois busca promover avanços e reflexões sobre as práticas de ensino e de aprendizagem que ocorrem em um ambiente educativo. Como afirma Damiani tais pesquisas intervencionistas contribuem para a educação “na medida em que pode contribuir para a produção de conhecimento pedagógico e levar à diminuição da distância entre a prática educacional e a produção acadêmica” (DAMIANI et al., 2013, p. 58).

A entrevista semiestruturada foi utilizada para compreender como os gestores e os profissionais que atuam no projeto entendiam aquele espaço e as suas políticas e se constitui de uma importante estratégia que pode ser utilizada como um aporte para que o pesquisador possa compreender as diferentes realidades através do diálogo com o seu entrevistado. Entende-se que a entrevista “é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.134).

Para realizar a análise dos dados obtidos foi utilizada a análise textual discursiva (MORAES, 2003) que tem como intuito compreender sistemática e rigorosamente os fenômenos investigados. Para isso, torna-se necessário que os escritos sejam examinados minuciosamente e categorizados de acordo com as intenções do pesquisador. A partir das categorias delimitadas, os dados devem ser compreendidos sob a nova perspectiva e realizada a reflexão crítica. Em última análise é preciso prever os possíveis resultados, considerando as possibilidades de surgimento de novas compreensões.

### **Contexto do projeto**

O projeto é desenvolvido pela Legião da Cruz em convênio com a prefeitura municipal de Jaguarão. A instituição teve início no ano de 2001 após o fechamento da “Cidade dos Meninos”, um internato profissionalizante para os meninos que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

A instituição passa a atender na sede rural da Legião da Cruz, cerca de 100 crianças e adolescentes de ambos os sexos, que se encontrem em vulnerabilidade social, com idades entre sete e dezoito anos incompletos, de diferentes regiões da cidade. Nos dias atuais 50 alunos frequentam o espaço no turno da manhã e 50 no turno da tarde.

O papel da prefeitura se traduz através da disponibilização de transporte, alimentação para ambos os turnos e contratação dos profissionais. A Legião da Cruz, por sua vez, administra os recursos, disponibiliza o local para o desenvolvimento das atividades e seleciona os profissionais contratados pela prefeitura.

De acordo com as diretrizes do projeto, este tem como objetivo “assegurar o desenvolvimento e proteção integral da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social, garantindo seus direitos fundamentais”. Além disso, para justificar as suas ações e a importância do trabalho a ser desenvolvido baseia-se no que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90 - em seu 4º artigo:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, Art. 4º)

A partir destes objetivos e da justificativa, estabelecem as ações a serem desenvolvidas para a promoção do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes atendidos através de situações envolvendo: direitos e deveres, respeito, afetividade e valorização da família como base de uma vida saudável.

As aulas são desenvolvidas no período inverso ao escolar e são ofertadas oficinas pedagógicas de reforço de Língua Portuguesa e de Matemática, horta, artesanato e panificação, além de aulas de música, práticas esportivas e marcenaria. No turno da manhã são atendidos os alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental divididos em cinco grupos com uma média de doze a quinze alunos em cada grupo. O critério utilizado para dividir os



grupos dos alunos pertencentes ao ciclo de alfabetização foi estarem ou não alfabetizados.

As oficinas para reforço escolar são divididas em: Língua Portuguesa, Alfabetização e Matemática. Os alunos alfabetizados participam das oficinas de Língua Portuguesa e de Matemática em que podem sanar suas dúvidas ou questionamentos sobre o que foi estudado na escola, assim como, realizam diferentes atividades e jogos para auxiliá-los nos conhecimentos e habilidades abordados no ambiente escolar. Os alunos que ainda não estão alfabetizados participam da oficina de Alfabetização em que participam de atividades e jogos direcionados para a aquisição das habilidades de leitura e de escrita, estes alunos não participam da oficina de Matemática.

A oficina de música é realizada semanalmente com todos os alunos, em ambos os turnos, que são direcionados para os instrumentos que demonstram mais afinidade ou podem optar por participar do coral. Os instrumentos e as partituras ficam sob responsabilidade dos alunos no decorrer da semana para que possam praticar seus instrumentos em casa e, assim, desenvolver suas habilidades.

Na oficina de padaria os alunos produzem pães, doces e tortas que são comercializadas e utilizadas para o próprio consumo destes no café da manhã e da tarde oferecido na instituição. Na oficina de artesanato os alunos lidam com diferentes materiais como madeiras, papéis, colas, tecidos, etc. e para a produção de diferentes objetos. Na oficina de horta são cultivadas ervas, hortaliças, legumes e flores tanto para o consumo dos alunos como para a comercialização.

### **Ações e demandas do projeto na visão de seus membros**

Os participantes da pesquisa em sua fase de diagnóstico inicial foram delimitados com o intuito de apreender sobre a realidade atual do projeto, conhecer a estrutura de funcionamento, além de compreender algumas das concepções sobre os aspectos de interesse deste estudo. Por isso, foram entrevistados o presidente da instituição mantenedora, a secretária de Desenvolvimento Social e Habitação do município de Jaguarão, a coordenadora do projeto, a orientadora educacional e o professor de música sendo questionados sobre as concepções políticas que envolvem o projeto, sua estrutura de funcionamento

Em um primeiro momento os entrevistados foram questionados sobre ações que poderiam auxiliar no desenvolvimento dos alunos. A coordenadora apontou para a

necessidade de cursos profissionalizantes que poderiam ser ofertados pela comunidade e que seriam de extrema importância para que os jovens, ao serem desligados do projeto, tivessem condições de serem inseridos no mercado de trabalho e ainda acrescentou que

*o futuro deles é isso aí, a gente não pode querer muita coisa, além disso, para eles. Eles são extremamente pobres, sem condições e são poucos aqueles que por vontade vão indo e chegam lá e dizer que é para todo mundo é mentira.*

Sobre as dificuldades de oferecer os cursos, afirmou que o grande empecilho de ofertar novas oportunidades formativas seria a visão da comunidade sobre os alunos do projeto, pois afirma que “eles (comunidade) têm uma ideia de que as crianças do projeto são marginais. Muitos falam assim: - aquilo lá é só de marginal”.

Por sua vez, o presidente, sinalizou para o aperfeiçoamento das atividades que são realizadas no projeto ressaltando a importância da oficina de música, da marcenaria e do artesanato como forma de aquisição de novas habilidades relevantes para o futuro dos jovens ao saírem da instituição. E finalizou afirmando que o trabalho desenvolvido tem sua relevância por proporcionar uma educação para a vida e objetiva “educar as crianças para criar os cidadãos do futuro e que eles possam ter uma nova visão da vida, seguir estudando e também trabalhar”.

Nesse sentido, é importante também destacar a visão do professor de música, ao dizer que suas aulas têm por objetivo “fazer com que eles se sintam alguém e que a gente possa repartir essa parte da música com eles e que se sintam alguém que tem valor, na construção na vida”.

A partir dessas afirmações torna-se evidente que, para além da formação escolar, os agentes que atuam no projeto demonstram as suas preocupações em fazer com que os alunos não se sintam desvalorizados pelas próprias condições que a sociedade lhes submete. A respeito disso, Martins (2002) ressaltava que o mecanismo de diferenciação social que é imposto pela sociedade se traduz no “revigoramento e renascimento de formas de diferenciação social que imputam a determinadas pessoas lugares sociais não participativos, excludentes, como se elas não pertencessem ao mesmo gênero humano dos demais.” (p. 15).

Um primeiro passo, para as modificações na forma como a sociedade se refere a determinados grupos sociais é tornar possível que estes grupos tenham condições de refletir sobre a sua realidade e possam modificá-la, sem contentar-se com o que a sociedade

afirma ser o seu destino. A partir dessa perspectiva é importante afirmar que “uma função importante na percepção e no conhecimento das contradições da sociedade contemporânea, a função de ser o ponto de partida da possibilidade da reflexão crítica e da consciência crítica” (MARTINS, 2002, p. 23).

A orientadora, por sua vez, sinaliza para o apoio educacional necessário principalmente na área da Matemática e da Alfabetização, pois relata o caso de alunos com dez ou onze anos que ainda não reconhecem letras e sílabas. Além disso, aponta que muitas famílias não dispõem de condições adequadas para o cuidado com as crianças e adolescentes, por isso salienta que:

*por ser social e sendo pessoas que vêm de um lugar que tem muitas dificuldades e muitas vezes o pai e a mãe não sabem ler ou escrever, outros que são do lar de passagem. Falta alguém que ajude eles.*

Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de se pensar ações que possibilitem aos alunos ter o apoio necessário para que possam avançar nos seus processos educativos e, também, afetivos no espaço do projeto.

Acerca da importância do projeto na vida escolar dos alunos, a coordenadora afirma que todo o suporte relacionado à escola é realizado no projeto através do reforço escolar em que os alunos podem sanar as suas dúvidas, realizar seus trabalhos e tarefas escolares. Corroborando com tais aspectos, a orientadora acrescenta a importância de manter o contato com a escola para saber mais informações sobre o aluno e suas dificuldades e ainda relata sua esperança em poder contribuir para que, através do trabalho realizado, possa auxiliar o aluno na possibilidade de transformação da sua realidade e enfatiza que: “quando se faz um bom trabalho se pode conseguir ajudar eles a ter metas, ter novas metas ter um novo olhar para a vida”.

O presidente reforça tais perspectivas afirmando que através do reforço ofertado, os alunos têm a oportunidade de tirar as suas dúvidas e salienta também a relevância de alimentação, que muitas vezes, só é oportunizada na escola e no projeto, sendo este um aspecto indispensável para o desempenho dos alunos tanto no ambiente escolar como no projeto. Ainda sobre esse aspecto a secretária salienta que:

*no ano passado o índice de aprovação foi bem alto em função do reforço escolar e a função da música, de todas as atividades que a gente desenvolve isso também desperta o interesse deles e fortalece para que ajude na fase escolar.*

## *Políticas sociais de atendimento à infância: discussões sobre um projeto social*

A coordenadora, quando questionada sobre as demandas urgentes do projeto, salientou novamente a questão dos cursos profissionalizantes para os adolescentes. A secretária também salienta a importância de cursos direcionados aos profissionais que atuam no projeto como forma de capacitá-los para a docência em projetos sociais.

A orientadora inferiu sobre a necessidade de assistência às famílias através das intervenções do CRAS e acrescentou a importância do tratamento humanizado para as crianças e os adolescentes, pois afirma que: “as crianças que chegam aqui, chegam fragilizadas então elas precisam que pare e olhe para elas, que se tenha esse olhar humano”.

Sobre essa questão, o professor de música relata que suas aulas são um espaço em que através da música os alunos podem desenvolver suas habilidades, interagir com os colegas e criar vínculos de amizade e salienta que:

*a relação com música é fantástica porque, ainda mais em se tratando de crianças, desenvolvendo habilidades, que têm famílias com uma série de problemas, então elas preenchem aquele espaço, aquele vazio.*

Observam-se em ambas as falas, da orientadora e do professor de música, a preocupação com o outro e em proporcionar um atendimento que busque a transformação da realidade e o compromisso com o diálogo e a esperança no futuro. Nesse sentido, torna-se pertinente a conceituação sobre a amorosidade tão necessária e pertinente no momento atual, Fernandes (2008) baseado nos estudos de Freire, entende que a amorosidade está relacionada com:

*a possibilidade de que a verdade também possa estar com o outro, em um emaranhado que envolve respeito como uma categoria de acolhimento das diferenças, não apenas como categoria cultural, embora também o seja, mas sua essência se constitui como categoria de conteúdo ético. (p. 38)*

O presidente ressalta a importância da ampliação de vagas para que um número maior de crianças pudessem ser atendidas, afirmando que:

*essa seria uma demanda que no caso é do município. Tem crianças, porém o programa não tem vagas e limita a quantidade para 100 e fica por aí. Não temos conseguido aumentar.*

Ainda sobre essa questão, infere sobre a possibilidade de criação de outros projetos por parte do município, pois o número de crianças e jovens atendidos ainda é pequeno para a totalidade que precisa desse atendimento. A mesma preocupação com a questão das

vagas é observada pela secretária ao afirmar que o transporte disponibilizado pelo município não é suficiente para que mais crianças e adolescentes fossem inseridas no projeto e que este seria o principal empecilho para o atendimento de um número maior de alunos.

As políticas sociais só terão sentido e validade se quem as utiliza acreditar na promoção e nas mudanças necessárias em uma sociedade que, muitas vezes, legitima as desigualdades sociais através de seus programas e ações (PEREIRA, 2009). Além disso, torna-se necessário que tais mudanças e reformulações sejam pensadas com o foco direcionado para toda a sociedade e não apenas para alguns. As falas acima demonstram essa necessidade, pois um grande número de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social precisam de tal atendimento.

### **Consideração Finais**

Por fim, entende-se a urgência de se pensar em novos caminhos possíveis para o futuro do projeto e dos alunos que ali se encontram. Essa necessidade fica evidente em muitas das falas dos entrevistados que afirmavam sobre as dificuldades vivenciadas pelas crianças e jovens que ali se encontram. Para que se almeje esta mudança fica evidente a necessidade de se pensar em formações específicas para os gestores da instituição, assim como, para os profissionais que atuam diretamente com os alunos.

Sendo assim, é necessário problematizar as políticas sociais de atendimento à infância que, muitas vezes, acabam por legitimar e confirmar a exclusão de muitos dentro da sociedade. E, essa escrita se traduziu na esperança de que seja possível provocar mudanças em diferentes realidades através do pensamento crítico e reflexivo e que tal processo deve iniciar-se na infância através de práticas que levem em consideração os mais diversos saberes que permeiam os ambientes educacionais.

Os futuros encaminhamentos da pesquisa iniciam-se com a programação de um curso de formação para os profissionais que atuam no projeto a partir do que foi explicitado no diagnóstico inicial através das falas e das percepções dos entrevistados, entendeu-se a importância de se pensar em uma formação continuada para os profissionais que atuam no projeto, nas ações educativas que envolvem as oficinas realizadas com os alunos. Através desta proposta espera-se que os participantes possam articular suas experiências e necessidades por meio das temáticas abordadas de seu interesse e que partem de sua

realidade concreta de trabalho. Espera-se também que os participantes possam dialogar sobre sua prática e seus registros, refletir sobre o seu trabalho e, assim, avaliar e reavaliar as ações em permanente diálogo com os outros professores.

Ademais, destaca-se que as análises e reflexões apresentadas são de caráter inicial e reafirma-se a necessidade de continuação desta pesquisa para que possam ser produzidos avanços e novas perspectivas tanto para os estudantes como para todos aqueles que interagem o projeto social em questão.

### **Referências**

BOGDAN, Robert C; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação** - uma introdução à teorias e aos métodos. Porto Editora: Portugal, 1994.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. **ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)>. Acesso em: Ago. 2020.

DAMIANI, Magda Floriana. **Sobre pesquisas do tipo intervenção**. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 16., 2012, Campinas. Anais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012.

\_\_\_\_\_.; ROCHEFORT, R. S.; CASTRO R. F.; DARIZ M.R.; PINHEIRO S.S. **Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica**. Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPeL. Pelotas, n. 45, p. 57-67, jul./ago. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/3822>> Acesso em jul, 2020.

FERNANDES, Cleoni. Amorosidade (verbetes). In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (org.). **Dicionário Paulo Freire** (p. 37 – 39). Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

FREIRE Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MARTINS, José S. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. Ciência & Educação, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <<http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/54950175/tempestade%20de%20luz.pdf>> Acesso em jul, 2020.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito a cidadania. In: BOSCHETTI, Ivonete et al. (org.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso Sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2018.

SERRA, Elizabeth. Políticas de promoção da leitura. In: RIBEIRO, Vera. **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. São Paulo: Global, 2004.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999. Campinas, São Paulo: mercado de Letras, 1995.

### **Sobre as autoras**

#### **Gabrielle Coelho dos Santos**

Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pampa (2018). Atualmente é mestranda em Educação (PPGEdu) pela Universidade Federal do Pampa e professora da rede municipal de Pelotas/RS, [gabriellecoelhodossantos@gmail.com](mailto:gabriellecoelhodossantos@gmail.com), Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6763-322X>

#### **Ana Cristina da Silva Rodrigues**

Possui graduação em Licenciatura Em Pedagogia Séries Iniciais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999) e doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008). Atualmente é professora Adjunta III na Universidade Federal do Pampa, professora do Mestrado Profissional em Educação e Diretora do Campus Jaguarão, [anacristina@unipampa.edu.br](mailto:anacristina@unipampa.edu.br), Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3887-8233>

Recebido em: 21/01/2021

Aceito para publicação em: 10/02/2021